SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

01/09/2015 - Instituto Telecom

Para Genish, é melhor o risco jurídico de a Anatel alterar a concessão que esperar pelo Congresso

Se há um ponto pacífico entre indústria, operadoras, Ministério das Comunicações e outros órgãos do governo e até a Anatel é de que é preciso revisar e alterar o modelo brasileiro de telecomunicações no tocante à concessão de telefonia fixa. O que não é consenso é o tempo para essa alteração se concretize.

Para o presidente da Telefônica/Vivo, Amos Genish, a Anatel tem a prerrogativa de alterar os contratos para tirar o peso das obrigações de um serviço que não tem mais atratividade (o STFC) ou mesmo colocar fim à concessão sem precisar esperar que a alteração do modelo no Congresso Nacional. "Acreditamos que a Anatel poderá decidir sem ter de esperar pelo Congresso, com uma postura mais ativa. Ela já se manifestou que precisa mudar. Por que esperar? O cenário atual é inaceitável e é melhor viver com o risco (de insegurança jurídica no caso de mudança feita pela agência) do que no cenário atual. A mudança no Congresso pode demorar anos", disse Genish em entrevista a este noticiário.

Genish participou de debate sobre perspectivas de evolução do modelo regulatório durante o 59o Painel Telebrasil nesta terça, 1o, em Brasília, e ressaltou em seu discurso a necessidade de mudança do modelo. "Esse modelo não é relevante mais em 2016, imagina em 2025. A rentabilidade do serviço fixo (STFC) está perto do zero hoje e teremos VPL (Valor Presente Líquido) negativo nos próximos anos, pelos meus cálculos", alertou. "Temos de fazer mudança mais radical, até cancelar as concessões, não renovar". Segundo ele, hoje 40% das linhas fixas estão nas mãos das autorizadas e mais da metade da receita não está mais nas mãos das concessionárias, o que demonstra que o modelo de concessão não é mais relevante.

"Pode-se primeiro fazer a mudança (da concessão) na Anatel e depois validar isso no Congresso", sugere Genish a este noticiário.

O executivo dá também exemplos de como a agência pode remover um pouco do ônus da concessão, como deixar de regular os preços das tarifas de voz fixa em mercados competitivos, em que há mais de uma operadora oferecendo os serviços. "São Paulo, assim como os maiores mercados urbanos, tem bastantes opções e as metas são pesadas, como a obrigação de instalar uma linha telefônica (fixa) em até sete dias. Se não fazemos, multa. E as multas são pesadas para um serviço que já não é relevante", explica. Para Genish, as obrigações de atendimento, tempo de reparo e demais metas operacionais impostas ao serviço fixo poderiam ser retiradas. "Está nas mãos da Anatel até acabar com a concessão, fazer virar autorização e ainda assim ter obrigações. Não podemos esperar mais dez anos", argumenta.

O presidente da Telefônica/Vivo, entretanto, não questiona obrigações de levar telefonia fixa a áreas remotas e menos favorecidas. "Tudo isso pode continuar como obrigação, altera para autorização, mas essas metas podem ser mantidas como obrigações. Queremos é um ganha-ganha", esclarece.

O pior, na visão de Genish, é destinar investimentos a serviços irrelevantes, dinheiro este que "poderia ser colocado em serviços que Brasil precisa, em banda larga". "Não temos recursos para atingir todas as ambições do País", conclui.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

01/09/2015 - Instituto Telecom

Anatel vai acompanhar relacionamento comercial entre teles e OTTs

A Anatel quer acompanhar o relacionamento comercial entre as teles e as empresas over-the-op (OTTs), de forma a evitar tratamento não isonômico ou algum prejuízo ao usuário. A proposta faz parte da revisão do Regulamento Geral de Interconexão (RGI), que será focado em redes e não mais em voz, afirmou o superintendente de Planejamento e Regulamentação da Anatel, José Alexandre Bicalho, em palestra no 59º Painel Telebrasil, nesta segunda-feira, 31.

Segundo Bicalho, a proposta de revisão de regulamento trará a regulamentação do artigo 61 da Lei Geral de Telecomunicações (LGT), que prevê o acompanhamento do relacionamento entre as teles e as prestadoras de Serviços de Valor Adicional (SVA). Ele explicou que na análise que a agência fez sobre neutralidade de rede, prevista no Marco Civil da Internet, ficou patente a necessidade de aprofundar o estudo desse mercado, modelos de relacionamentos entre OTTs e teles.

A previsão é de que a proposta seja concluída até o final deste ano e a abertura da consulta pública no primeiro semestre de 2016. Mas Bicalho ressalta que essa questão não se confunde com a queixa das teles contra o que chamam de concorrência desleal com o serviço de voz do WhatsApp, que não tem qualquer regulamentação. Tanto é que a proposta de acompanhamento das relações comerciais entre teles e OTTs está na Procuradoria da agência há dois meses.

"A chamada de voz pelo WhatsApp é serviço de valor adicionado, já que só funciona dentro da rede do aplicativo, sem possibilidade de ligar para outro aparelho que não tenha o mesmo app", disse. Ele ressaltou que é diferente do Skype, que permite ligações para linhas fixas e móveis. "Para esse serviço foi exigida a autorização", disse. Também discorda da posição das teles, que dizem que as ligações saem de graça. "Não tem serviço grátis, para usar o app o consumidor paga pelo uso da rede", rebateu.

A ideia do novo RGI é acompanhar contratos, e não se confunde com regular OTTs. "Os OTTs são grandes usuários e não cabe cercear um usuário. O que queremos é garantir que as teles estão dando aos OTTs tratamento isonômico, não discriminatório, até mesmo para garantir condições de entrada no mercado de novos OTTs". Um dos contratos a que Bicalho gostaria de analisar é o da iniciativa do Facebook, Internet.org. "Não se trata de uma negociação direta de zero rating de um app com uma tele, mas sim de um agrupamento de vários aplicativos para tentar fazer negociação conjunta com as teles e esse é um contrato que gostaríamos de olhar", revela.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

01/09/2015 - Instituto Telecom

Operadoras querem revisão imediata do modelo de Telecom

Veja a cobertura especial do Painel Telebrasil 2015As maiores concessionárias de telecomunicações do Brasil aproveitaram o Painel Telebrasil 2015,que acontece em Brasília, para insistir na necessidade de mudanças rápidas no modelo regulatório. Ao contrário da Anatel, que prefere deixar as decisões para o Congresso Nacional, executivos ressaltaram que o tempo deteriora a situação das concessões de telefonia, que perdem a validade em 2025.

"Na nossa avaliação, é urgente. Tem que ser feito de forma bastante apressada e imediata. Concessão, hoje, é uma relação de perde-perde. Obrigações criadas em 1998, que foram importantes, já são obsoletas. O mercado mudou e a gente precisa rever regras para se adaptar", afirmou o presidente da Oi, Bayard Gontijo.

Na discussão sobre o futuro do setor, a tônica foi como as empresas tradicionais podem ter melhores condições de competir com os serviços oferecidos via internet – daí o mercado que muda e exige adaptações. "Precisamos de uma mudança mais radical, até cancelar as concessões, não renová-las", sustentou o presidente da Telefônica/Vivo, Amos Genish.

Ganish é o mais direto dos executivos das teles a defender uma intervenção da Anatel no mercado de serviços sobre a rede mundial, ou nas empresas over the top, no jargão do setor. "A Anatel está tentando fugir desse assunto, diz que é complicado e deixa o setor continuar a sofrer um pouco mais e resolver com o tempo. Mas não vai resolver. Precisamos colocar esse assunto no debate", disse.

Além deles, o jurista Floriano Azevedo Marques não apenas defende pressa como afirma existirem os instrumentos legais para isso. "Esperar mudança legal é dizer que não vai ter revisão do modelo. Não dá tempo e não temos o direito de fazer a revisão esperar. Temos que fazer. Não precisa mudar a Lei Geral. Não precisa revisão legal. Talvez a única, e possivelmente nem isso, é no uso do FUST."

A Anatel, no entanto, traz para essa discussão uma grande dose de 'realpolitik', ou seja, um tom mais próximo do ambiente verdadeiro do governo. Ainda que defenda a revisão, o presidente a agência, João Rezende, frisa que além das condições jurídicas devem ser avaliadas as condições políticas. Por isso mesmo, entende que não seria adequado o órgão regulador praticar essas mudanças sem um debate mais amplo.

"É preciso alterar o modelo de concessão. E nem vejo nenhum problema em transformarmos a concessão em autorização. É evidente que Estado e Anatel não vão abrir mão da cobertura em áreas menos rentáveis. Mas falo com convicção absoluta: mesmo que possível trocar só com um posicionamento da Anatel, sou contra. Seria muito mais seguro e mais transparente pelo Legislativo."

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

01/09/2015 - Carta Maior

Os bilionários da mídia brasileira

Barões da mídia - que seguem demitindo milhares de profissionais, precarizando as condições de trabalho e pagando péssimos salários - estão na lista.

A revista Forbes-Brasil divulgou na sexta-feira (28) a lista dos bilionários brasileiros de 2015. Uma verdadeira aberração num país com tanta disparidade social. O novo ranking conta com 160 ricaços. Juntos, eles somam um patrimônio de R$ 806,66 bilhões - o equivalente a quase 15% do PIB do país.

Segundo o site da Veja, que adora paparicar os endinheirados, "a linha de frente dos brasileiros mais ricos foi novamente dominada pelo trio composto por Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira, que praticamente duplicaram suas fortunas desde o ano passado - em boa parte, na carona da alta do dólar, já que a gorda fatia de seus investimentos está fora do país".

A revista do esgoto realça ainda que "entre os paulistas que aparecem nas primeiras vinte colocações da lista estão Eduardo Saverin, do Facebook, em oitavo, Abilio Diniz, que recentemente comprou uma rede de padarias com Jorge Lemann, em décimo, Walter Faria, dono da cervejaria Petrópolis, em décimo primeiro, e José Luís Cutrale, do ramo de frutas em décimo quinto".

Ela evita, porém, dar destaque à fortuna acumulada pelos barões da mídia - que seguem demitindo milhares de profissionais, precarizando as condições de trabalho e pagando péssimos salários. Talvez tema atiçar a consciência crítica da categoria - na qual ainda existem muitos jornalistas que chamam o patrão de companheiro.

Já o site Meio&Mensagem, especializado no setor, botou o dedo na ferida. Segundo matéria postada nesta segunda-feira (31), os barões da mídia seguem acumulando fortunas - apesar do discurso cínico sobre a crise econômica. "O setor de mídia brasileiro é o oitavo mais representativo em um ranking de 13 setores liderado por indústria, bancos e alimentos, divulgado anualmente pela revista Forbes".

"No setor de comunicação são oito empresários de quatro companhias distintas. Na quinta posição geral está a família Marinho, das Organizações Globo, representada por João Roberto Marinho, José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho que, individualmente, possuem R$ 23,8 bilhões. Da família Marinho para o próximo da lista a diferença é considerável: Edir Macedo, da Record, está na 74º posição com patrimônio de R$ 3,02 bilhões seguido pela família Civita, do Grupo Abril, e de Sílvio Santos, do SBT".

Veja os representantes da mídia entre os bilionários brasileiros:

João Roberto Marinho - Patrimônio: R$ 23,80 bilhões

José Roberto Marinho - Patrimônio: R$ 23,80 bilhões

Roberto Irineu Marinho - Patrimônio: R$ 23,80 bilhões

Empresa: Organizações Globo - 5º posição no ranking geral do Brasil

Edir Macedo - Patrimônio: R$ 3,02 bilhões

Empresa: Rede Record - 74º posição no ranking geral do Brasil

Giancarlo Civita - Patrimônio: R$ 2,18 bilhões

Roberta Anamaria Civita - Patrimônio: R$ 2,18 bilhões

Victor Civita Neto - Patrimônio: R$ 2,18 bilhões

Empresa: Grupo Abril - 88º posição no ranking geral do Brasil

Silvio Santos - Patrimônio: R$ 2,01 bilhões

Empresa: SBT - 100º posição no ranking geral do Brasil

Confira também os dez primeiros colocados da lista da revista Forbes:

1º) Jorge Paulo Lemann - R$ 83,70 bilhões
2º) Joseph Safra - R$ 52,90 bilhões
3º) Marcel Herrmann Telles - R$ 42,26 bilhões
4º) Carlos Alberto Sicupira - R$ 36,93 bilhões
5º) João Roberto Marinho - R$ 23,80 bilhões
6º) José Roberto Marinho - R$ 23,80 bilhões
7º) Roberto Irineu Marinho - R$ 23,80 bilhões
8º) Eduardo Saverin R$ 17,53 bilhões
9º) Marcelo Odebrecht e família - R$ 13,10 bilhões
10º) Abilio dos Santos Diniz - R$ 12,83 bilhões

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

01/09/2015 - Vermelho

Balança comercial tem superávit de US$ 2,689 bilhões em agosto

Analistas financeiros estimam que balança comercial terá saldo positivo de US$ 8 bilhões, em 2015

A balança comercial registrou superávit de US$ 2,689 bilhões em agosto. As exportações atingiram US$ 15,485 bilhões, enquanto as importações chegaram a US$ 12,796 bilhões. Em 2015, a balança acumula superávit de US$ 7,297 bilhões, com exportações de US$ 128,347 bilhões e importações de US$ 121,050 bilhões.

De acordo com os dados divulgados hoje pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, na comparação com agosto de 2014, as vendas externas tiveram queda de 24,3% e as compras do Brasil no exterior recuaram 33,7%. O cálculo foi feito com base na média das transações diárias do Brasil com o exterior.

No acumulado do ano, no critério da média diária, as vendas ao exterior tiveram queda de 16,7%, enquanto as importações recuaram 21,3%.

Analistas do mercado financeiro, ouvidos pelo Banco Central (BC), estimam que a balança comercial (exportações menos importações) terá saldo positivo de US$ 8 bilhões, em 2015.

01/09/2015 - Rede Brasil Atual

Unilever é processada em R$ 2 milhões por não cumprir a Lei de Cotas

Desde 2002 a empresa descumpre acordo com o MPT para o preenchimento das vagas de empregados com deficiência

Lei prevê que as empresas com mais de 100 empregados devem ter de 2% a 5% de funcionários com deficiência

O Ministério Público do Trabalho (MPT) processou a Unilever Brasil por não cumprir a Lei de Cotas, que prevê porcentagens mínimas de empregados com deficiência ou beneficiários da Previdência Social. A ação ajuizada pela procuradora Valdirene Silva de Assis pede R$ 2 milhões em danos morais coletivos.

Segundo a procuradora, a companhia não cumpre um acordo firmado desde 2002 para complementar a cota legal. "A empresa não está cumprindo a cota legal e recusou-se a resolver questão, pela via extrajudicial, com a assinatura de um TAC, proposto pelo MPT, para o efetivo cumprimento da lei", afirmou Valdirene.

A Lei das Cotas prevê que as empresas com mais de 100 empregados devem manter um percentual que varia de 2% a 5% de funcionários com deficiência. Para Valdirene, a medida serve para acabar com o preconceito no mercado de trabalho. "As cotas permitem o acesso desse público aos postos de emprego, que normalmente seriam negados em razão da deficiência."

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

01/08/2015 - Brasil de Fato

Livro reúne irregularidades nas gestões tucanas em Minas Gerais

Obra do deputado estadual Durval Ângelo detalha diversos aspectos dos 12 anos de governo PSDB no estado.

O líder do Governo na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), o deputado Durval Ângelo (PT) lançou seu novo livro: "Herança Maldita - O desgoverno tucano em Minas". Ao longo das 144 páginas da obra, o parlamentar presta conta dos últimos 12 anos de atuação como presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALMG, época em que o PSDB governou Minas Gerais.

Com o livro, Durval busca demonstrar que os anos de governo do PSDB, com Aécio e Anastasia, resultaram em um grande retrocesso para o Estado. O livro resgata denúncias, processos e escândalos que envolveram o governo, de 2003 a 2014.

Choque de gestão

Entre as políticas desconstruídas estão o Choque de Gestão e o Déficit Zero: "Não passaram de uma farsa, sustentada pela propaganda e até por manobras contábeis", afirma. O livro apresenta, ainda, novas denúncias, que começaram a vir à tona após a mudança de governo.

Uma delas refere-se à obra realizada pela Cemig na cidade de Cláudio, ao lado da fazenda dos parentes do senador Aécio Neves. A empresa, por sinal, é citada em várias passagens, demonstrando que em diferentes situações, foi usada para atender a interesses partidários e de empresários.

Segundo Durval Ângelo, as denúncias abordadas no livro são fruto de uma ampla pesquisa na imprensa e nas atas de reuniões da Assembleia.

O livro tem a distribuição gratuita e quem tiver interesse basta encaminhar um email para dep.durval.angelo@almg.gov.br.